



Pacheco prevê que Senado vote pacote ainda em 2024

Possibilidade é que matéria seja apreciada entre 18 e 19 de dezembro

/ CONJUNTURA

O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta quinta-feira que o Senado deve votar o pacote de gastos apresentado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) ainda neste ano. Ele citou como possibilidades as datas de 18 e 19 de dezembro, durante a última semana antes do recesso parlamentar. “Até agora, não ouvi nenhuma resistência. Todos os pontos me parecem muito óbvios”, afirmou Pacheco.

Ele deu as declarações ao lado do ministro das Relações Institu-

cionais, Alexandre Padilha, que disse haver compromisso de parlamentares para aprovar o pacote de gastos até o fim do ano.

Padilha afirmou que ouviu dos líderes da Câmara, com quem esteve na véspera, que a Casa se mostrou disposta a fazer “o rito necessário”. Segundo ele, para agilizar, os parlamentares podem aproveitar outras propostas com conteúdo semelhante que já estão em tramitação.

“O presidente Arthur Lira e todos os líderes sinalizaram que a Câmara está disposta a fazer aquilo que for necessário. Há o compro-

misso da Câmara para a gente consolidar o marco fiscal aprovando até o fim deste ano”, disse Padilha.

Líderes da Câmara dos Deputados e do Senado, no entanto, avaliam que destravar o pagamento das emendas parlamentares, que estão suspensas por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), é fator importante para a aprovação do pacote de contenção de gastos do governo Lula (PT) até o fim de dezembro.

Lideranças das duas Casas afirmam reservadamente que, se os recursos não forem liberados, nenhuma pauta de interesse do



LULA MARQUES / AGÊNCIA BRASIL/JC

Presidente do Senado reiterou compromisso com apreciação neste ano

Executivo será aprovada até o fim do ano. Segundo relatos colhidos pela reportagem, a avaliação é de que há grande insatisfação, sobretudo no chamado baixo clero, grupo sem influência política nacional expressiva. O imbróglio das emendas se arrasta desde agosto, quando o ministro Flávio Dino, do STF,

determinou a suspensão do pagamento até que o Congresso apresentasse medidas que garantissem maior transparência. Parlamentares de diferentes partidos políticos dizem que houve um “jogo casado” entre Executivo e Judiciário nessa questão, acirrando a insatisfação com o governo federal.

Entidades empresariais do RS avaliam propostas de corte de gastos do governo federal

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

Entidades empresariais gaúchas manifestaram-se nesta quinta-feira sobre as medidas anunciadas pelo governo federal que incluem o pacote de corte de gastos e a proposta para isentar de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. O impacto das medidas estimado é de R\$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026. Para entrar em vigor, precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional.

De acordo com o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul (FCDL-RS), Vitor Augusto Koch, um dos pontos positivos da proposta do governo é o que faz justiça tributária, reconhecendo a necessidade de isenção na faixa do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5mil tal como era, em equivalência, em 1994.

“(A medida) possibilitará R\$ 40 bilhões no bolso dos contribuintes que serão decisivos para um bom desempenho do comércio”, destaca o dirigente.

Já em relação aos pontos negativos, o presidente da FCDL-RS

avalia que a renúncia dos recursos não foi acompanhada por cortes orçamentários equivalentes, aumentando assim a possibilidade de aumentos futuros de impostos, não apenas no IR, mas também nos impostos indiretos. Koch também adverte que nenhuma medida que corrija o aumento significativo das despesas previdenciárias, limitadas somente ao Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O vice-presidente jurídico da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Milton Terra Machado, disse que o mercado, de um modo geral, viu com bastante descrédito esse anúncio feito pelo governo federal, de que irá conseguir economizar R\$ 70 bilhões com o corte de gastos entre 2025/26. “O que parece é que esse mau humor demonstrado pelo mercado deva corresponder a uma desconfiança de que o governo possa realmente cumprir o que está prometendo”, diz.

De acordo com o vice-presidente jurídico, há coisas que são bastante sensíveis que o governo promete trabalhar, mas são pontos que deverão ter ou não a

aprovação do Congresso Nacional. “Mas, o governo está mexendo (em assuntos) como salário mínimo; há uma espécie de contingenciamento porque estabelece uma vinculação que pode restringir o aumento do salário-mínimo”.

“Em relação ao abono salarial, pelo que se entende, levando em consideração o teor da coletiva de imprensa e do pronunciamento feito, na quarta-feira (27), pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai haver, então, diminuição por volta de R\$ 2.800,00 para R\$ 2.640,00”.



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Cláudio Bier, da FiegRS, questiona vigência, na prática, das medidas

O vice-presidente jurídico comenta que há pontos bons, como a promessa de instalação da biometria com o objetivo de evitar fraudes no programa Bolsa Família; há também a promessa de evitar fraudes no Benefício de Prestação Continuada (BPC). “São coisas óbvias que tem de evoluir, até mesmo fazer uso da tecnologia para evitar as fraudes, mas são coisas pontuais e que no seu conjunto não convenceram o mercado em relação a proposta de corte de gastos em alcançar os R\$ 70 milhões”, analisa.

Ele diz que o mercado espera que o governo “corte mais na sua própria carne”, em relação aos gastos públicos. “Não se viu até aqui mudanças estruturais da máquina do governo para diminuir gastos. Esses cortes estão vinculados a uma espécie de contingenciamento do aumento do salário mínimo, do abono salarial, da mudança da aposentadoria dos militares, da regulação das emendas para SUS e saúde, entre outros”. Terra Machado salienta que não se vê uma sinalização de que o governo federal pretenda de fato reduzir o custo da máquina estatal. “Eu acho que o mau humor do

mercado também é em relação a essa questão”, diz.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FiegRS) vê com cautela o pacote de redução de gastos. “A questão é: essas medidas serão mesmo colocadas em prática?”, indaga o presidente da FiegRS, Claudio Bier. Segundo a entidade, providências são necessárias, pois as contas públicas estão no vermelho e o Brasil possui um rombo de R\$ 1 trilhão, considerando os juros da dívida, e mais de R\$ 245 bilhões de déficit sem contar os juros. Algumas medidas são consideradas positivas pela FiegRS, mas ainda insuficientes, como o limite do reajuste do salário-mínimo pouco acima da inflação, e cujo impacto nos gastos públicos ainda preocupa. O fim dos supersalários e o controle das emendas também são necessários, mas sofrerão resistências, acredita a FiegRS. “O Brasil precisa de equilíbrio nas contas, pois sem controle dos gastos, a inflação aumenta, os juros ficam altos e o dólar sobe. Isso atrapalha os investimentos e o consumo, e prejudica, principalmente, os mais pobres. O governo precisa é gastar melhor, não apenas cortar”, destacou Bier.



Crédito para o 13º dos seus funcionários é com o Banrisul

- Prazos e taxas competitivas;
- Agilidade no crédito;
- Mais eficiência no fluxo de caixa.

banrisul
empresas